



PARECER JURÍDICO

Assunto: Recurso Administrativo Interposto pela Empresa Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde EIRELI

Objeto: Aquisição parcelada de materiais hospitalares a serem usados na UBS (unidade básica de Saúde), para atender a população, do Município de São José das Palmeiras – PR

Requerente: Departamento de Licitação

Pregão Eletrônico n.º: 007/2024

Data: 04 de abril de 2024.

Retorna o caderno licitatório para análise jurídica de recurso apresentado pela empresa Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde EIRELI, a qual diz que:

A empresa CIRURGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME, foi declarada vencedora no item 13, no entanto, a marca ofertada pela licitante supramencionada, MARCA GENERAL MEDITECH MODELO:G3D não possui "IMPRESSORA TERMICA OPCIONAL NO CATALOGO, NÃO POSSUÍ RESOLUÇÃO DE 1024X768 CONFORME MANUAL E CATALOGO SÓ TEM RESOLUÇÃO DE 800X600 E TAMBÉM NÃO POSSUÍ RESPIRAÇÃO DE 0 A 150RPM", A empresa deixou de ofertar equipamento dentro das prescrições editalícias.

Destaco que o item 11.1. do edital licitatório prevê que “encerrada a etapa de negociação o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço (...).

Ainda, o item 28.2.4 prevê a obrigação da empresa fornecedora em “efetuar o fornecimento das mercadorias dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus anexos”.

Inicialmente, cumpre destacar, que não compete a procuradoria municipal a análise técnica dos produtos, especialmente quando sua complexidade foge dos conhecimentos jurídicos atinentes ao cargo.

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:

É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades. No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.



Procuradoria do Município
Município de São José das Palmeiras



Dessa forma, suscitada a se manifestar, a Secretaria Municipal de Saúde, após análise do recurso interposto, com a realização de diligências e pesquisas, constatou que de fato o equipamento não cumpre com as exigências editalícias.

Diante dos fundamentos expostos, esta procuradoria, em homenagem ao princípio da legalidade, e, acompanhando a análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, compreende pela procedência do pedido de desclassificação. Este é o parecer. São José das Palmeiras, 04 de abril de 2024.



Documento assinado digitalmente

HERBERT CORREA BARROS

Data: 04/04/2024 16:40:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO